

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Em seu caderno de prova, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**:... seguida de **Assertiva**:..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

PROVA OBJETIVA P₂

CONTABILIDADE GERAL

QUESTÃO 1

Assinale a opção correspondente a item que, de acordo com o Pronunciamento Técnico n.º 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC-04), pode ser classificado como ativo intangível nas demonstrações contábeis e permite a sua avaliação mediante *impairment test*.

- A gasto com a extração de gás
- B gasto com a exploração de petróleo
- C sistema operacional de um computador
- D direito cedido e licenciado para filme cinematográfico
- E sistema operacional de caminhões automatizados

QUESTÃO 2

Com relação a valor justo e suas características de mensuração ou de reconhecimento, assinale a opção correta.

- A O reconhecimento inicial pelo preço comercializado e a manutenção desse valor nos registros dos anos subsequentes à transação dispensam a aplicação anual de técnicas de avaliação.
- B As condições do mercado são secundárias na mensuração do valor justo: o risco de um ativo ser descontinuado depende diretamente das atividades operacionais do próprio negócio.
- C A busca exaustiva por todos os possíveis mercados a fim de se identificar o mercado principal para se mensurar determinado ativo é desnecessária, mas se devem observar todas as informações que estiverem disponíveis.
- D A capacidade de geração de benefício econômico futuro não deve ser considerada para fins de mensuração do valor justo de ativos não financeiros.
- E As técnicas de avaliação devem ser utilizadas de maneira consistente, observando-se a percepção do mercado sobre possível preço de compra e venda, excluindo-se premissas de risco.

QUESTÃO 3

De acordo com o Pronunciamento Técnico n.º 16 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC-16), no que se refere a estoques, os gastos com o armazenamento de soja devem ser registrados nas demonstrações contábeis como

- A produtos acabados.
- B produtos em elaboração.
- C direitos a receber.
- D despesa diferida.
- E despesa do exercício.

QUESTÃO 4

Chuvas intensas na região oeste do Rio Grande do Sul causaram perdas em uma propriedade rural que cultiva e armazena grãos de soja. No ano, entre os gastos adicionais da propriedade inclui-se o gasto com a contratação de serviço de consultoria administrativa para definir ações de mitigação de risco do negócio.

Nas demonstrações contábeis da propriedade, o referido gasto deverá ser registrado na conta de

- A perdas e danos.
- B produtos em elaboração.
- C direitos a receber.
- D despesa antecipada.
- E despesa do exercício.

QUESTÃO 5

Em consonância com a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, prevista pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, assinale a opção correta, com relação a ativos.

- A Mesmo que incertos, os ativos devem ser reconhecidos; entretanto, não se deve, nesse caso, observar sua relação de benefício econômico futuro.
- B O grau de incerteza do ativo e o seu fluxo de benefícios econômicos futuros devem ser avaliados de maneira conjunta.
- C Os ativos não deverão ser reconhecidos em casos de incertezas, independentemente do seu benefício econômico futuro.
- D Na ausência de informações sobre seu benefício econômico futuro, os ativos devem ser avaliados com medidas subjetivas.
- E Os ativos poderão ser reconhecidos mesmo que não haja informação sobre o seu benefício econômico futuro.

Texto 2A1-I

Para investimentos em títulos negociados no mercado, uma corretora oferece as opções I e II, ambas de fluxos contínuos e positivos, com as seguintes características:

opção I: livre de risco, com fluxo positivo de cinco anos e taxa anual de juros de 8%;

opção II: com certo grau de risco, com remuneração à taxa de juros de 8,8% ao ano.

A tabela a seguir mostra dois investimentos em títulos negociados no mercado, o primeiro seguindo a opção I e o segundo, a opção II.

	opção I	opção II
	valor investido	valor investido
1.º ano	R\$ 10.000	R\$ 20.000
2.º ano	R\$ 10.000	R\$ 5.000
3.º ano	R\$ 10.000	R\$ 5.000
4.º ano	R\$ 10.000	R\$ 5.000
5.º ano	R\$ 10.000	R\$ 15.000
total	R\$ 50.000	R\$ 50.000

QUESTÃO 6

Considerando que 3,9927 seja valor aproximado para $\frac{1-1,08^{-5}}{0,08}$

e que posteriormente haverá registro contábil, infere-se do texto 2A1-I que, na opção I, o valor presente do investimento é

- A inferior a R\$ 39.000.
- B superior a R\$ 39.000 e inferior a R\$ 39.500.
- C superior a R\$ 39.500 e inferior a R\$ 40.000.
- D superior a R\$ 40.000 e inferior a R\$ 40.500.
- E superior a R\$ 40.500.

QUESTÃO 7

Conforme o texto 2A1-I, no investimento que segue a opção II, há uma variação no fluxo de caixa durante os cinco anos. Considerando que 0,9191, 2,3348 e 0,6560 sejam, respectivamente, valores aproximados para $1,088^{-1}$, para $[1,088^{-2} + 1,088^{-3} + 1,088^{-4}]$ e para $1,088^{-5}$, comparando as opções I e II e admitindo que as informações sejam as expectativas mais precisas sobre os fluxos de caixa futuro, assinale a opção correta, adotando evidenciação em R\$ 1.000.

- A O valor presente para registro segundo a opção I é menor que na opção II.
- B O valor presente a ser evidenciado será equivalente em ambas as opções.
- C O valor presente a ser evidenciado segundo a opção II será menor que na opção I.
- D Se houver inflação de 0,5% no período, o valor presente segundo a opção II será menor que no caso de não existir inflação.
- E Se a taxa de juros segundo a opção II aumentar, o valor presente nessa opção também aumentará.

QUESTÃO 8

Um ativo torna-se desvalorizado quando o valor contábil excede o valor recuperável. Nesse caso, o Pronunciamento Técnico n.º 01 (CPC-01) estabelece que o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) em combinação de negócios deve ser testado a cada

- A semestre.
- B ano.
- C dois anos.
- D três anos.
- E cinco anos.

QUESTÃO 9

Sabe-se que o valor recuperável de uma unidade geradora de caixa é o maior valor entre valor justo líquido de despesas de venda e valor em uso. Nesse sentido, assinale a opção que apresenta uma possível unidade geradora de caixa, no caso de se determinar o montante recuperável.

- A veículo
- B empréstimo
- C financiamento
- D capital social
- E receita de vendas

QUESTÃO 10

Assinale a opção correspondente a ativo cuja exaustão pode ser registrada na contabilidade.

- A estoque de produtos acabados
- B máquinas e equipamentos
- C computadores e outros *hardwares*
- D reservas de petróleo e gás natural
- E instalações elétricas

QUESTÃO 11

De acordo com a legislação vigente, adiantamentos em dinheiro de uma empresa a seus fornecedores nacionais de mercadorias devem ser contabilizados

- A no grupo de estoques, no ativo.
- B nas contas a receber, no ativo.
- C na conta de fornecedores, no passivo.
- D em resultados de exercícios futuros, no passivo.
- E como despesa, no resultado do exercício.

QUESTÃO 12

Em muitos casos, a colocação de debêntures no mercado demanda a contratação de instituições financeiras para coordenar o processo, o que gera os chamados gastos com colocação de debêntures. Esses gastos

- A são reconhecidos como despesas do período em que tiver sido feita a emissão dos títulos.
- B são registrados como despesas antecipadas, apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo de vencimento das debêntures.
- C integram os encargos financeiros e devem ser amortizados durante o prazo de vigência das debêntures.
- D são reconhecidos como ativos financeiros e serão baixados à medida que as debêntures forem quitadas.
- E integram o ativo intangível e são amortizados quando do pagamento das debêntures.

Espaço livre

QUESTÃO 13

Um técnico tributário, ao analisar ações judiciais nas quais a empresa XYZ S.A. figura como ré, identificou um processo decorrente de uma autuação fiscal no valor total de R\$ 1.000.000 e cujo julgamento final estava próximo. Considerando que a perda do processo pela XYZ S.A. era provável, os advogados da empresa e peritos independentes estimaram quatro cenários de probabilidades de desembolsos futuros, como mostra o quadro seguinte.

cenário	desembolso	probabilidade
1	R\$ 1.000.000	5%
2	R\$ 800.000	70%
3	R\$ 500.000	10%
4	R\$ 300.000	15%

Nesse caso, a empresa XYZ S.A. deverá reconhecer uma provisão de

- A** R\$ 300.000.
- B** R\$ 500.000.
- C** R\$ 705.000.
- D** R\$ 800.000.
- E** R\$ 1.000.000.

QUESTÃO 14

Com relação ao tratamento contábil, um passivo contingente com “probabilidade possível” de saída de recursos deve

- A** ser reconhecido no passivo, na conta de provisões.
- B** ser divulgado em notas explicativas.
- C** ser reconhecido no patrimônio líquido, na conta de reservas.
- D** ser reconhecido no passivo, na conta de ajustes de avaliação patrimonial.
- E** não ser reconhecido no balanço patrimonial nem divulgado em notas explicativas.

QUESTÃO 15

A contrapartida da saída financeira de uma operação de aquisição de ações da própria empresa (ações em tesouraria) deve ser reconhecida em uma conta de natureza

- A** devedora, no patrimônio líquido.
- B** credora, no patrimônio líquido.
- C** credora, no passivo circulante.
- D** credora, no ativo não circulante.
- E** devedora, no ativo não circulante.

QUESTÃO 16

De acordo com a legislação vigente, em uma combinação de negócios sem a presença de transações forçadas, o adquirente deve mensurar os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos

- A** pelos custos históricos.
- B** pelos custos correntes corrigidos na data da operação.
- C** pelos valores justos na data da aquisição.
- D** com base na correção integral das demonstrações contábeis.
- E** pelos valores de liquidação.

QUESTÃO 17

A empresa Maquinário S.A. vendeu para a empresa Tapetes S.A. uma máquina própria para a confecção de tapetes de couro. A tabela seguinte mostra os eventos ocorridos nessa transação de compra e venda.

data	evento
10/1/2018	Tapetes S.A. contata Maquinário S.A., por <i>email</i> , interessada na compra da máquina para a confecção de tapetes
15/1/2018	assinatura do contrato de compra e venda da máquina; entrega do produto: 15/3/2018; pagamento em duas parcelas: em 15/2/2018 e em 16/4/2018
15/2/2018	pagamento da primeira parcela
15/3/2018	entrega da máquina, em plenas condições de uso
16/4/2018	pagamento da segunda parcela

Nesse caso, a data correta para o reconhecimento da receita pela Maquinário S.A. é

- A** 10/1/2018.
- B** 15/1/2018.
- C** 15/2/2018.
- D** 15/3/2018.
- E** 16/4/2018.

QUESTÃO 18

O método de custeio que permite alocar aos produtos custos e outros gastos da empresa, como despesas administrativas, operacionais e financeiras e juros sobre o capital próprio, denomina-se

- A** custeio real por absorção.
- B** custeio direto.
- C** custo-padrão.
- D** custeio baseado em atividades (ABC).
- E** RKW.

QUESTÃO 19

Conforme a legislação vigente, no balanço patrimonial consolidado, a participação dos acionistas não controladores é apresentada, de forma destacada, no

- A** ativo circulante.
- B** ativo não circulante.
- C** passivo circulante.
- D** passivo não circulante.
- E** patrimônio líquido.

QUESTÃO 20

Na fiscalização dos estoques de uma empresa, o técnico tributário responsável recebeu apenas as seguintes informações:

- a empresa possui R\$ 100 de passivo não circulante;
- a empresa possui R\$ 100 de ativo não circulante (realizável a longo prazo);
- a empresa não possui despesas pagas antecipadamente.

Os índices de liquidez são os mostrados na tabela seguinte.

índice	valor calculado
geral	2,0
corrente	4,0
seca	2,8
imediate	2,8

Nesse caso, o valor dos estoques da empresa é igual a

- A** R\$ 50.
- B** R\$ 60.
- C** R\$ 100.
- D** R\$ 140.
- E** R\$ 200.

Espaço livre

DIREITO ADMINISTRATIVO**QUESTÃO 21**

Com relação a agentes públicos, assinale a opção correta, considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF).

- A** Pessoa indevidamente investida em cargo público deve ser exonerada e obrigada a devolver os recursos que tiver recebido em razão do desempenho irregular da função.
- B** O teto remuneratório previsto na CF aplica-se a agentes públicos das sociedades de economia mista que recebam recursos do Estado para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.
- C** Nos casos em que a CF permite a cumulação de cargos, empregos e funções públicas, o teto remuneratório é considerado em relação ao somatório das remunerações acumuladas.
- D** A CF permite, em regra, a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- E** Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

QUESTÃO 22

No que tange a bens públicos, assinale a opção correta.

- A** As terras devolutas pertencem à União, que poderá cedê-las aos estados e municípios para fins de gestão ou afetação pública.
- B** Ilhas costeiras são de propriedade da União, salvo aquelas que contêm sede de município.
- C** Os bens públicos dominicais podem ser alienados, nos termos da lei, bem como estão sujeitos a usucapião.
- D** As ilhas lacustres estaduais, enquanto terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, são de propriedade dos estados.
- E** As ilhas que consistam em terras tradicionalmente ocupadas por indígenas são de propriedade da comunidade indígena.

QUESTÃO 23

Os serviços sociais autônomos

- A** integram a administração indireta.
- B** não dependem de lei autorizativa para serem criados.
- C** não recebem recursos derivados de contribuições compulsórias.
- D** podem visar ao lucro.
- E** são submetidos a supervisão ministerial.

QUESTÃO 24

O fenômeno conhecido como deslegalização consiste

- A** no excesso de decretos regulamentares existentes.
- B** na edição indiscriminada de medidas provisórias.
- C** na possibilidade de o Poder Executivo editar normas de caráter geral.
- D** na permissão do Poder Legislativo ao Poder Executivo de editar normas de caráter técnico, de maneira inovadora.
- E** na edição de ato regulamentar que extrapole a norma regulamentada.

QUESTÃO 25

No que se refere ao poder de polícia, é correto afirmar que

- A** os atos de polícia consistem em determinações de ordem pública, ao passo que os consentimentos de pedidos são derivados do poder discricionário.
- B** pessoa jurídica de direito privado, ainda que integrante da administração indireta, não pode exercer a função fiscalizatória do poder de polícia, incluída a aplicação de multas.
- C** os atos de fiscalização do poder de polícia podem ser atribuídos a pessoas jurídicas de direito privado que não integrem a administração indireta.
- D** a administração pública, no exercício desse poder, deve observar o princípio da proporcionalidade, integrando esse juízo a conveniência e oportunidade do ato, insindicável pelo Poder Judiciário.
- E** a aplicação de sanção de polícia, se em flagrante, dispensa o contraditório e a ampla defesa.

QUESTÃO 26

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul, é correto afirmar que

- A** a autoridade máxima de cada órgão público estadual determinará, quando não discriminado em lei ou regulamento, o horário de funcionamento do seu respectivo órgão.
- B** o horário extraordinário não poderá exceder a 50% da carga horária diária a que estiver sujeito o servidor.
- C** a ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, não podendo exceder a importância correspondente a cinco meses de remuneração.
- D** o servidor poderá exercer, fora do horário de expediente a que estiver sujeito, a função de membro de banca de concurso, desde que tal função não seja remunerada.
- E** a autoridade competente que tiver ciência de irregularidade no serviço público estadual é obrigada a promover sua apuração imediata, no prazo de dez dias, sob pena de se tornar corresponsável.

QUESTÃO 27

Acerca da prestação de serviço público, assinale a opção correta.

- A** A desconcentração é o ato pelo qual se atribui determinado serviço público, ou parte dele, a um novo ente personalizado.
- B** A centralização de serviços públicos consiste na aglutinação de órgãos públicos do mesmo setor, visando-se melhorar a prestação de serviços públicos.
- C** Um município pode delegar o serviço local de gás canalizado a uma autarquia municipal.
- D** A delegação de serviço público a pessoa estranha à administração direta é vedada por contrato administrativo.
- E** A prestação de serviço público por meio de parceria da administração pública com entidades do terceiro setor é permitida.

QUESTÃO 28

As agências reguladoras possuem

- A** poder normativo técnico, que consiste na possibilidade de editar atos regulamentares, desde que não criem obrigação nova.
- B** autonomia decisória, com a possibilidade de recursos hierárquicos próprios e impróprios.
- C** independência administrativa, mas são submetidas a supervisão ministerial.
- D** responsabilidade civil subjetiva com culpa presumida.
- E** regime especial de autarquias, mas também podem constituir-se em fundações de direito público.

QUESTÃO 29

A propósito da administração indireta, assinale a opção correta.

- A** As empresas públicas gozam de privilégio fiscal, uma vez que são extensões do ente político instituidor.
- B** A CF permite que uma pessoa ocupe função administrativa em uma sociedade de economia mista e, concomitantemente, outra em empresa pública, desde que haja compatibilidade de horário.
- C** Não depende de autorização legislativa a criação de subsidiárias de sociedade de economia mista.
- D** Depende de autorização legislativa a participação de sociedade de economia mista em empresa privada.
- E** Sociedades de economia mista são isentas da obrigação de realizar procedimento licitatório.

QUESTÃO 30

A revogação de ato administrativo

- A** decorre de vício de legalidade.
- B** opera efeitos *ex tunc*.
- C** não repristina ato já revogado, salvo se houver disposição expressa em contrário.
- D** não pode ser objeto de revisão judicial.
- E** não demanda observância ao contraditório e à ampla defesa, caso gere efeitos favoráveis ao administrado.

QUESTÃO 31

Uma vez que o direito administrativo brasileiro foi influenciado pelo direito estrangeiro, é correto afirmar que exprime a força do direito alemão no direito administrativo pátrio

- A** a submissão da administração pública ao controle jurisdicional.
- B** o conceito nacional de serviço público.
- C** o conceito nacional de autarquia e de entidade paraestatal.
- D** a forma de aplicação do princípio da segurança jurídica.
- E** o mandado de segurança.

QUESTÃO 32

O direito administrativo é formado por muitos conceitos, princípios, elementos, fontes e poderes. As principais fontes formais do direito administrativo, segundo a doutrina majoritária, são

- A** os princípios gerais de direito, a jurisprudência, a lei e os atos normativos da administração.
- B** os costumes, a lei e os atos normativos da administração.
- C** a Constituição, a lei e os costumes.
- D** a doutrina, a jurisprudência e a Constituição.
- E** a Constituição, a lei e os atos normativos da administração pública.

QUESTÃO 33

As agências reguladoras, pessoas jurídicas de direito público interno cuja finalidade é regular e fiscalizar a atividade de determinado setor da economia do país, são criadas a partir do processo de

- A** concessão.
- B** descentralização.
- C** desconcentração.
- D** autorização.
- E** permissão.

QUESTÃO 34

A respeito do processo administrativo disciplinar (PAD), assinale a opção correta, considerando as disposições da Lei n.º 8.112/1990.

- A** Os autos de sindicância não integram o PAD, uma vez que somente balizam a instrução processual.
- B** O investigado poderá ser afastado do exercício do seu cargo para que não influencie nas apurações do PAD; durante o período de afastamento, ele não receberá remuneração.
- C** A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público dispõe exclusivamente do PAD para promover a sua apuração.
- D** O servidor investigado deverá estar assistido por advogado no PAD, caso tenha interesse em arrolar ou reinquirir testemunhas.
- E** A autoridade julgadora do PAD deverá proferir decisão no prazo de vinte dias depois de ter recebido o processo.

QUESTÃO 35

Um técnico tributário da secretaria de fazenda de determinado estado, no exercício de suas atividades regulares, verificou, em um veículo transportador, carga sem o devido documento fiscal obrigatório para o seu transporte. Por esse motivo, descarregou todas as mercadorias que estavam no veículo, para averiguar se havia outras irregularidades.

Nessa situação, o servidor público exerceu o poder

- A** disciplinar, que consiste em atos preventivos, de caráter concreto e de natureza vinculada, e que se caracteriza pela coercibilidade.
- B** de polícia, que consiste em atos repressivos, normativos e gerais, e que se caracteriza pela coercibilidade.
- C** disciplinar, que consiste em atos repressivos, normativos e concretos, e que se caracteriza pela coercibilidade e pela autoexecutoriedade.
- D** de polícia, que consiste em atos preventivos e repressivos, normativos e concretos, e que se caracteriza pela autoexecutoriedade e pela coercibilidade.
- E** de polícia, que consiste em atos repressivos, concretos e discricionários, e que se caracteriza pela delegabilidade.

QUESTÃO 36

Assinale a opção que indica o atributo conforme o qual o ato administrativo deve corresponder a uma figura definida previamente pela lei como apta a produzir determinados resultados.

- A** presunção de legitimidade
- B** autoexecutoriedade
- C** imperatividade
- D** coercibilidade
- E** tipicidade

QUESTÃO 37

São inerentes ao regime jurídico dos serviços públicos os princípios

- A** da imutabilidade das tarifas e da modicidade de tarifas.
- B** da continuidade do serviço público e da diferenciação entre usuários.
- C** da não concorrência e da modicidade de tarifas.
- D** da continuidade do serviço público, da mutabilidade do regime jurídico e da igualdade dos usuários.
- E** da generalidade e da precariedade.

QUESTÃO 38

De acordo com a Lei de Licitações e Contratos, a alienação de bens públicos por meio de leilão deve ter como objeto bens

- A** móveis, apenas.
- B** móveis ou semoventes.
- C** dominicais.
- D** móveis ou imóveis.
- E** de uso especial.

QUESTÃO 39

De acordo com a Lei Complementar estadual n.º 10.098/1994, que estabelece o estatuto e o regime jurídico dos servidores públicos civis do estado do Rio Grande do Sul, assinale a opção correta, acerca do estágio probatório e da estabilidade.

- A** O período de estágio probatório completa-se após três anos da nomeação do servidor em caráter efetivo.
- B** O servidor, durante o estágio probatório, será avaliado de acordo com os critérios taxativos da referida legislação.
- C** A aferição dos requisitos do estágio probatório será processada no prazo máximo de trinta meses.
- D** O servidor adquire estabilidade imediatamente ao ser nomeado, quando inicia o estágio probatório.
- E** O servidor estável poderá perder seu cargo em razão de sentença judicial transitada em julgado.

QUESTÃO 40

À luz da Lei Complementar estadual n.º 10.098/1994, assinale a opção correta, a respeito de férias dos servidores públicos civis do estado do Rio Grande do Sul.

- A** O servidor gozará, anualmente, de vinte e quatro dias de férias.
- B** O acréscimo constitucional de um terço da remuneração do período de férias será pago antecipadamente ao servidor, independentemente de solicitação.
- C** Faltas injustificadas ao serviço devem ser levadas à conta de férias.
- D** É facultado ao servidor o gozo de férias em dois períodos, desde que um deles não seja inferior a doze dias consecutivos.
- E** As férias poderão ser concedidas antes do primeiro período aquisitivo de um ano para o servidor que ingressar após seis meses do início do ano de exercício do órgão.

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PENAL

QUESTÃO 41

O aplicador do direito, ao interpretar as normas constitucionais pretendendo otimizar-lhes a eficácia, sem alterar o seu conteúdo, lança mão do princípio da

- A máxima efetividade.
- B interpretação conforme a Constituição.
- C concordância prática.
- D eficácia integradora.
- E correção funcional.

QUESTÃO 42

A Constituição que dificulte o processo tendente a modificá-la, ainda que permita emenda ou reforma, classifica-se como

- A flexível.
- B rígida.
- C sintética.
- D formal.
- E eclética.

QUESTÃO 43

A União e o estado do Rio Grande do Sul poderão legislar concorrentemente sobre

- A direito marítimo.
- B direito econômico.
- C trânsito.
- D sorteios.
- E informática.

QUESTÃO 44

É fundamento da República Federativa do Brasil

- A a igualdade entre homens e mulheres.
- B a defesa da paz.
- C o valor social da livre iniciativa.
- D o repúdio ao racismo.
- E a solução pacífica de conflitos.

QUESTÃO 45

Iniciada a audiência de instrução, o juiz determinou que o réu da ação penal fosse algemado.

Nesse caso, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, o juiz agiu lícitamente se comprovado que

- A o crime tenha sido cometido com violência.
- B a vítima estava na sala de audiência.
- C o crime é punível com pena de reclusão.
- D o réu tem transtorno psicológico.
- E a segurança do próprio réu estava em risco.

QUESTÃO 46

A respeito do mandado de segurança, julgue os itens a seguir.

- I Entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança, mesmo que a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
- II Controvérsia sobre matéria de direito impede concessão de mandado de segurança.
- III Concessão de mandado de segurança produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito.
- IV Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de correição.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e IV.

QUESTÃO 47

Ato judicial determinou a nomeação de aprovados em concurso público estadual por ter sido preterida a ordem classificatória.

Nesse caso, a promoção funcional

- A retroagirá à última nomeação.
- B retroagirá à data final de validade do concurso.
- C retroagirá à data em que o servidor deveria ter sido nomeado.
- D retroagirá à data do ajuizamento da ação.
- E terá efeitos *ex nunc*.

QUESTÃO 48

Os atos administrativos são imputáveis ao órgão em nome do qual age o agente público, por força do princípio constitucional da

- A autonomia gerencial.
- B responsabilidade.
- C participação.
- D impessoalidade.
- E finalidade.

QUESTÃO 49

A Constituição Federal de 1988 poderá ser emendada para incluir garantia social mediante proposta

- A da maioria simples dos membros da Câmara dos Deputados.
- B de três quintos dos membros do Senado Federal.
- C do presidente da República.
- D de organização sindical, se a proposta for relativa a direito dos trabalhadores.
- E do presidente da OAB Federal.

QUESTÃO 50

De acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, deputado estadual que praticar crime doloso contra a vida será julgado pelo

- A Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.
- B Tribunal do Júri do Estado do Rio Grande do Sul.
- C juiz federal competente.
- D tribunal regional federal competente.
- E Superior Tribunal de Justiça.

QUESTÃO 51

Um indivíduo agiu prevenido o resultado naturalístico adverso de sua ação, mas esperava que este não viesse a ocorrer.

Nesse caso, a conduta do indivíduo corresponde ao conceito jurídico de

- A culpa consciente.
- B dolo eventual.
- C dolo de segundo grau.
- D culpa presumida.
- E dolo de perigo.

QUESTÃO 52

Situação hipotética I: João, durante abordagem por um policial militar, atribuiu a si nome diverso, a fim de se esquivar de mandado de prisão pendente de cumprimento.

Situação hipotética II: Caio, durante abordagem em *blitz* policial, apresentou documento de identidade falso, estando ciente da falsidade do documento.

Considerando as situações hipotéticas I e II, assinale a opção correta.

- A Apenas Caio praticou crime, porque a conduta de João está coberta pelo direito de ampla defesa.
- B Ambos praticaram crime de falsa identidade.
- C João praticou crime de estelionato.
- D Caio praticou crime de falsa identidade; e João, crime de falsidade ideológica.
- E João praticou crime de falsa identidade; e Caio, crime de uso de documento falso.

QUESTÃO 53

Em relação a crime de peculato doloso, é correto afirmar que

- A a punibilidade será extinta se o agente reparar o dano até o trânsito em julgado.
- B tal transgressão constitui crime formal.
- C não admite participação de terceiros estranhos ao serviço público, por ser crime próprio.
- D não engloba o peculato de uso, que é atípico no direito brasileiro.
- E admite participação culposa.

QUESTÃO 54

Para efeitos penais, o conceito de funcionário público

- A engloba somente os empregados públicos regidos pela CLT das empresas públicas.
- B abrange empregado de empresa prestadora de serviço público contratada pelo poder público.
- C não abrange aquele que exerce função pública de forma transitória.
- D não abrange aquele que exerce função pública de forma gratuita, sem remuneração.
- E não abrange ocupante de cargo eletivo.

QUESTÃO 55

O crime de concussão

- A consuma-se somente com a obtenção da vantagem ilícita.
- B admite modalidade culposa.
- C admite tentativa.
- D é crime comum.
- E é crime permanente.

QUESTÃO 56

Considerando-se o conceito analítico de crime, exclui-se a conduta quando

- A presente coação moral irresistível.
- B presentes caso fortuito e força maior.
- C presente doença mental do agente da conduta.
- D presente coação física, seja resistível, seja irresistível.
- E presente embriaguez preordenada.

QUESTÃO 57

É causa de exclusão da culpabilidade

- A a embriaguez preordenada.
- B o erro de tipo invencível.
- C o agir sob violenta emoção.
- D a embriaguez culposa.
- E o erro de proibição escusável.

QUESTÃO 58

O único tipo de crime que admite tentativa é o

- A culposos.
- B permanente.
- C preterdoloso.
- D unissubsistente.
- E habitual.

QUESTÃO 59

A respeito do estado de necessidade, assinale a opção correta.

- A O estado de necessidade recíproco não é aceito no direito brasileiro.
- B O Código Penal brasileiro admite o estado de necessidade exculpante como causa excludente de ilicitude.
- C Considera-se em estado de necessidade aquele que ofende bem jurídico de terceiros, ainda que haja outro modo de evitar a lesão.
- D Havendo mais de um agente, o estado de necessidade de um se estende aos demais.
- E No estado de necessidade justificante, o bem jurídico sacrificado é de maior valor que o bem jurídico preservado.

QUESTÃO 60

O único tipo de crime que se consuma com a ocorrência do resultado naturalístico é o crime

- A material.
- B de mera conduta.
- C formal.
- D omissivo próprio.
- E habitual.

DIREITO TRIBUTÁRIO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

QUESTÃO 61

O alto quantitativo de cidadãos inadimplentes em um município afetou sua arrecadação tributária, por culpa exclusiva dos contribuintes.

Em razão disso, foi publicado decreto municipal que estabelecia a majoração de multas e juros e a instituição de taxa extraordinária.

A alegação do Poder Executivo local para a criação da taxa baseou-se nos custos com a geração de novas guias de recolhimento tributário.

O valor referente às taxas começou a ser destacado nos documentos de cobrança 45 dias após a publicação do texto normativo no Diário Oficial da União, ocorrida no último dia útil do primeiro semestre daquele ano.

Considerando-se o conceito de tributo, seus princípios e suas definições correlatas, é correto afirmar, em relação à situação hipotética apresentada, que

- A** a taxa extraordinária é de interesse exclusivo da administração e não tem natureza tributária.
- B** o fato gerador da taxa extraordinária é a prestação de serviços públicos aos cidadãos inadimplentes.
- C** o termo inicial observou os princípios da anterioridade e da legalidade.
- D** a matéria é de competência exclusiva do Poder Legislativo local.
- E** a norma jurídica utilizada está hierarquicamente em conformidade com a exigida pelo controle de sua constitucionalidade.

QUESTÃO 62

No que diz respeito à administração tributária, assinale a opção correta.

- A** A administração de tributos exercida pelas autoridades públicas competentes restringe-se à arrecadação.
- B** As pessoas jurídicas beneficiadas com o instituto da imunidade são submetidas ao cumprimento de obrigações tributárias.
- C** O ISSQN referente a empresa de pequeno porte deve ser retido no local de prestação dos serviços.
- D** É vedada a identificação do devedor na certidão de dívida ativa de fazenda pública estadual.
- E** A receita dos impostos estaduais apurados deve ser vinculada às despesas dos órgãos que os arrecadam.

QUESTÃO 63

A prestação de informações tributárias relativas a bens, negócios ou atividades de terceiros, quando de intimação por escrito pela autoridade administrativa, independentemente de arguição do dever de sigilo, é obrigação de

- A** advogados.
- B** médicos.
- C** empresas de administração de bens.
- D** microempresas optantes pelo Simples Nacional.
- E** psicólogos.

QUESTÃO 64

Assinale a opção que indica o princípio tributário segundo o qual o cidadão brasileiro tem o direito de não ser surpreendido com a criação de novo tributo.

- A** princípio da irretroatividade
- B** princípio da vedação ao confisco
- C** princípio da isonomia
- D** princípio da anterioridade nonagesimal
- E** princípio da capacidade contributiva

QUESTÃO 65

A contribuição de melhoria é

- A** uma espécie de imposto sobre contribuição social.
- B** de competência exclusiva da União.
- C** uma taxa extraordinária fixada para custeio do regime previdenciário.
- D** de capacidade tributária delegável.
- E** relacionada à valorização de imóveis, que, por sua vez, decorre da execução de obra pública.

QUESTÃO 66

A respeito da repartição das receitas tributárias da União, é correto afirmar que

- A** o imposto territorial rural (ITR) será integralmente repassado ao município se este assumir o encargo de fiscalizar e cobrar esse tributo; caso contrário, o repasse se resumirá a 50%.
- B** o repasse do imposto sobre operação financeira OURO (IOF OURO), quando este for considerado ativo financeiro ou instrumento cambial, será feito em percentual idêntico para estados e municípios.
- C** os impostos residuais serão repartidos entre os municípios, em percentual não inferior a 35%.
- D** o repasse do imposto de renda dos servidores municipais e estaduais será de 70% da receita retida na fonte.
- E** o repasse da contribuição de intervenção no domínio econômico combustível (CIDE Combustível) será de 100% do total arrecadado destinado aos municípios para melhoria na infraestrutura de transportes.

QUESTÃO 67

A interpretação da norma tributária tem evoluído de tal forma que se vem majorando a proteção dos direitos e das garantias fundamentais do cidadão ante a atuação estatal, fomentando-se o que se intitula *in dubio pro contribuinte*.

A partir dessas informações, é correto afirmar que a integração e a acepção da legislação tributária devem ser promovidas, mesmo em casos de lacunas, sob a perspectiva da

- Ⓐ dispensa de pagamento de tributos devidos pelo emprego da equidade.
- Ⓑ aplicação da analogia, ressaltando-se a exigência de tributo sem o cumprimento do devido processo legislativo que resulte em lei própria e específica.
- Ⓒ utilização dos princípios gerais de direito público em precedência às demais formas de integração da norma tributária.
- Ⓓ presunção de culpa em procedimentos públicos inconclusos, em razão de dúvidas não esclarecidas que culminem em infrações ou penalidades ao contribuinte.
- Ⓔ abstração das exceções aos princípios gerais do direito tributário e do direito privado para a definição de efeitos tributários.

QUESTÃO 68

Em regra, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, segundo disposições do Código Tributário Nacional (CTN), devem entrar em vigor

- Ⓐ cinco dias após sua publicação.
- Ⓑ trinta dias após sua publicação.
- Ⓒ na data de sua publicação.
- Ⓓ noventa dias após sua publicação.
- Ⓔ no exercício seguinte ao da sua publicação.

QUESTÃO 69

À luz do CTN, assinale a opção correta.

- Ⓐ A sujeição passiva de pessoas naturais restringe-se ao critério da idade.
- Ⓑ As sociedades comerciais irregulares quanto à forma de constituição não se sujeitam a incidências tributárias.
- Ⓒ Podem figurar no polo passivo a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal, caso institua impostos para o exercício regular do poder de polícia.
- Ⓓ A capacidade ativa de arrecadação tributária pode ser transferida a título precário a outras pessoas jurídicas de direito público.
- Ⓔ A responsabilidade solidária atribuída a particular para arrecadar tributos representa delegação de competência.

QUESTÃO 70

Caso o contribuinte não faça a escolha de seu domicílio tributário na fazenda pública, será considerado(a) como sua localidade contribuinte, de acordo com o CTN,

- Ⓐ o Distrito Federal.
- Ⓑ o município de seu nascimento, se pessoa natural.
- Ⓒ a localidade de seu alistamento militar, se reservista.
- Ⓓ o domicílio de quaisquer de seus sócios cotistas, em se tratando de sociedades anônimas.
- Ⓔ a repartição mantida no território do sujeito ativo, caso se trate de pessoa jurídica de direito público.

QUESTÃO 71

A Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (SEFAZ/RS), com o intuito de aprimorar a fiscalização do recolhimento de ICMS, solicitou ao município de Porto Alegre informações relativas ao trânsito de mercadorias em seu território. Em contrapartida, a SEFAZ/RS pretende informar dados de operadoras de cartões de crédito à municipalidade, para aprimorar a fiscalização de ISS.

De acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, a prestação das referidas informações é

- Ⓐ condicionada à edição de lei específica que autorize tal intercâmbio de informações fiscais.
- Ⓑ permitida, porém é vedado o fornecimento de dados de operadoras de cartão de crédito ao município.
- Ⓒ expressamente vedada, por consistir em intercâmbio de informações fiscais.
- Ⓓ autorizada, desde que firmado convênio do estado com o município.
- Ⓔ proibida, por envolver informações sigilosas sobre o trânsito de mercadorias.

QUESTÃO 72

De acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, o ICMS incidirá sobre

- Ⓐ o ouro, quando este estiver definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- Ⓑ operações que destinem produtos derivados do petróleo a outros estados.
- Ⓒ operações de exportação de produtos semielaborados.
- Ⓓ operações que destinem energia elétrica a outros estados.
- Ⓔ o fornecimento de materiais de origem mineral em estado bruto destinados a obras públicas realizadas pelo ente estadual.

QUESTÃO 73

Empresa fabricante de móveis para escritórios, situada no estado do Rio Grande do Sul, detentora de dois estabelecimentos e não praticante de operações de exportação pretende creditar-se de ICMS cobrado sobre a entrada de energia elétrica em seus estabelecimentos, com valor regularmente destacado em documento fiscal. Em um dos estabelecimentos, funciona a área administrativa da empresa; em outro, realiza-se atividade de exclusiva industrialização.

Conforme a Lei estadual n.º 8.820/1989, nessa situação hipotética, a referida empresa

- Ⓐ violará a legislação, pois não é permitido que a empresa credite ICMS de valores cobrados pela entrada de energia elétrica.
- Ⓑ poderá creditar o ICMS incidente somente sobre a entrada de energia no estabelecimento onde funciona a área administrativa.
- Ⓒ poderá creditar o ICMS incidente somente sobre a entrada de energia no estabelecimento onde se realiza atividade de exclusiva industrialização.
- Ⓓ poderá creditar o ICMS incidente sobre a entrada de energia em ambos os estabelecimentos.
- Ⓔ violará a legislação, pois tal operação é restrita a empresas que fabriquem produtos destinados à exportação.

QUESTÃO 74

Nos termos da Lei estadual n.º 8.820/1989, o fisco estadual poderá, no exercício de sua atuação, exigir do contribuinte a obrigação de

- A** efetuar mensalmente o inventário de suas mercadorias.
- B** conservar os livros e documentos fiscais por período não inferior a dez anos.
- C** registrar, nos livros fiscais, de forma parcial, a depender da incidência tributária, as operações que realizar.
- D** franquear acesso aos livros fiscais, embora não seja exigida a apresentação de registros informais, cadernos e apontamentos.
- E** pagar o imposto decorrente de responsabilidade tributária, ainda que não tenha sido ressarcido do ônus correspondente.

QUESTÃO 75

Com deficiência mental leve, João, proprietário de trator agrícola fabricado há quinze anos e de caminhonete fabricada há vinte e cinco anos, requer ao fisco estadual isenção de IPVA, com base na Lei estadual n.º 8.115/1985.

Nesse caso, o fisco deverá declarar a isenção do pagamento do IPVA relativo

- A** ao trator, em decorrência de sua natureza, e à caminhonete, pelo tempo de fabricação.
- B** ao trator e à caminhonete, em consequência da deficiência mental do contribuinte.
- C** apenas a um dos veículos, à escolha do contribuinte, em razão de sua deficiência mental.
- D** ao trator e à caminhonete, dado o tempo de fabricação desses veículos.
- E** apenas ao trator, por causa de sua natureza.

QUESTÃO 76

A Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul verificou inadimplência no pagamento de IPVA referente a veículo automotor terrestre com alienação fiduciária em sua garantia.

Nessa situação, nos termos da Lei estadual n.º 8.115/1985, o contribuinte a quem compete o pagamento do IPVA é

- A** o possuidor indireto do veículo, tendo o possuidor direto responsabilidade solidária.
- B** o devedor fiduciante, tendo responsabilidade solidária quem tiver interesse comum na situação que constitua o fato gerador.
- C** o devedor fiduciante, tendo responsabilidade subsidiária quem tiver interesse comum na situação que constitua o fato gerador.
- D** o credor fiduciário, sendo o devedor fiduciante responsável subsidiário.
- E** o credor fiduciário, sendo o devedor fiduciante responsável solidário.

QUESTÃO 77

Pessoa domiciliada nos Estados Unidos efetuou doação, do exterior, a brasileiro residente no estado do Rio Grande do Sul. A Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul verificou que, no ato de doação, o correspondente imposto não fora recolhido.

Nesse caso, de acordo com a Lei estadual n.º 8.821/1989, o contribuinte direto do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação (ITCMD) será

- A** o doador, não tendo o donatário nenhuma espécie de responsabilidade.
- B** o donatário, tendo o doador responsabilidade solidária.
- C** o donatário, não tendo o doador nenhuma espécie de responsabilidade.
- D** o doador, tendo o donatário responsabilidade solidária.
- E** o doador, apesar de ser domiciliado no exterior, tendo o donatário responsabilidade subsidiária.

QUESTÃO 78

Joaquim, que era residente no estado de Santa Catarina, faleceu e deixou como herança a seus quatro filhos dois imóveis: um localizado no território de Santa Catarina, e o outro, no estado do Rio Grande do Sul. Cada um dos herdeiros terá direito a uma parte de cada imóvel. No caso, não incidem hipóteses de isenção ou imunidade.

De acordo com a Lei estadual n.º 8.821/1989, nessa situação hipotética, a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul

- A** não poderá cobrar ITCMD sobre nenhum dos imóveis, em decorrência do domicílio do *de cuius*.
- B** poderá cobrar ITCMD sobre ambos os imóveis, independentemente de sua localização, havendo dois fatos geradores.
- C** poderá cobrar ITCMD sobre ambos os imóveis, independentemente de sua localização, havendo quatro fatos geradores.
- D** poderá cobrar ITCMD apenas sobre o imóvel localizado no Rio Grande do Sul, havendo quatro fatos geradores.
- E** poderá cobrar ITCMD apenas sobre o imóvel localizado no Rio Grande do Sul, havendo somente um fato gerador.

QUESTÃO 79

Uma igreja regularmente constituída, com finalidade beneficente e com localização no estado do Rio Grande do Sul, solicitou licença para a realização de evento beneficente em via pública e a prestação de serviços especiais não emergenciais do Corpo de Bombeiros para vistoria desse evento, a ser promovido pela entidade religiosa.

De acordo com a Lei estadual n.º 8.109/1985, em razão da natureza da entidade e da finalidade do evento, a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul deverá declarar

- A** a imunidade da cobrança da taxa correspondente aos serviços solicitados e da taxa de licença para a realização do evento.
- B** a legalidade da cobrança da taxa correspondente aos serviços solicitados e a imunidade da taxa de licença para a realização do evento.
- C** a isenção da taxa correspondente aos serviços solicitados, mas poderá cobrar taxa de licença para a realização do evento.
- D** a legalidade da cobrança da taxa correspondente aos serviços solicitados e da taxa de licença para a realização do evento.
- E** a isenção da cobrança da taxa correspondente aos serviços solicitados e da taxa de licença para a realização do evento.

QUESTÃO 80

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul prevê expressamente a competência do estado para a instituição de

- A** contribuição de melhoria.
- B** empréstimo compulsório.
- C** contribuição sobre iluminação pública.
- D** contribuição sobre limpeza urbana.
- E** contribuição para intervenção no domínio econômico.

Espaço livre